



**HAL**  
open science

# Criação de áreas protegidas, uso sustentável de recursos naturais emblemáticos, e valorização do patrimônio cultural: uma síntese bem sucedida na Amazônia brasileira?

Anna Greissing, Stéphanie Nasuti, Guillaume Marchand

## ► To cite this version:

Anna Greissing, Stéphanie Nasuti, Guillaume Marchand. Criação de áreas protegidas, uso sustentável de recursos naturais emblemáticos, e valorização do patrimônio cultural: uma síntese bem sucedida na Amazônia brasileira?. ALASRU: VIII Congreso Latino americano de Sociologia Rural, Nov 2010, Porto de Galinhas - Pernambuco, Brésil, France. pp.xx-xx. halshs-00547303

**HAL Id: halshs-00547303**

**<https://shs.hal.science/halshs-00547303>**

Submitted on 16 Dec 2010

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

# **Criação de áreas protegidas, uso sustentável de recursos naturais emblemáticos, e valorização do patrimônio cultural: uma síntese bem sucedida na Amazônia brasileira?**

**Stéphanie NASUTI**, doutora em geografia pela Universidade Paris 3, atualmente sob contrato no pólo Brasil do Institut des Amériques (São Paulo)

**Anna GREISSING**, doutoranda em geografia em co-tutela pela Universidade Paris 3 (IHEAL-CREDAL) e a Universidade de Innsbruck (Institut für Geographie)

**Guillaume MARCHAND**, doutor em geografia pela Universidade Paris 3, atualmente realizando pós-doutorado na Universidade Estadual do Amazonas

## **Sumário**

A valorização comercial de algumas espécies emblemáticas pode contribuir à preservação da socio e da biodiversidade? Este artigo procura identificar os avanços feitos nessa direção na Amazônia brasileira, a partir do estudo de três comunidades inseridas em áreas protegidas. Cada uma experimenta um mecanismo específico (certificação oficial, auto-certificação, indicação geográfica) dedicado à valorização comercial de um recurso natural típico da área.

Para cada comunidade, será descrito o instrumento de valorização aplicado e os seus objetivos no intuito de mostrar que, além dos aspectos positivos e esperados, algumas questões permanecem discutíveis. É o caso da ecocertificação, que garante a integridade da floresta, mas perturba a transmissão dos saberes tradicionais, pois proíbe as crianças de trabalhar com seus pais na safra da castanha. No caso da indicação geográfica e de outros tipos de selos mais ou menos oficiais, a dimensão ambiental parece repousar na boa vontade das populações, que em muitos casos tendem a privilegiar o aspecto social (reconhecimento identitário ou político) ou econômico (valor agregado) em detrimento da preservação da biodiversidade selvagem ou doméstica.

## **Résumé**

Comment la valorisation de certaines espèces typiques d'Amazonie brésilienne peut permettre la préservation conjointe de la sociodiversité et de la biodiversité ? À partir de l'exemple de trois communautés insérées dans des aires protégées de cette région et des instruments de valorisation mis parallèlement en place (certification officielle ou spontanée, indication géographique...), nous chercherons à voir quelles sont les avancées obtenues dans ces domaines. Après avoir identifié leurs objectifs, nous verrons que les mécanismes décrits demeurent par ailleurs discutables. Ainsi, l'éco-certification assure le maintien de la forêt dans son intégrité mais perturbe la transmission des savoirs traditionnels en interdisant le travail infantile. Pour les indications géographiques et autres labels plus ou moins officiels, la dimension environnementale demeure dépendante du bon vouloir des populations, qui auront tendance à privilégier l'aspect social (reconnaissance identitaire ou politique) ou économique (plus-value), au détriment de la préservation de la biodiversité sauvage ou domestique.

## **Abstract**

How can the valorization of Brazilian Amazon's typical species ensure the preservation of both sociodiversity and biodiversity ? With the study of three amazonian communities located in conservation units and their instruments of valorisation (official or spontaneous certification, geographic indication...), we will try to analyse the results obtained in these fields. After describing their specific aims, we will observe that each one of these mechanisms can be discussed. Thus, the eco-certification guarantees the maintain of the forest's integrity while it disturbs the transmission of traditional knowledges with the prohibition of infantile labour. For geographic indications and other labels more or less official, the environmental dimension still depends on the willingness of the population, which prefers to focus on the social (identity and political acknowledgement) and economic (increase of value) aspects. Therefore, the preservation of wild and domestic biodiversity is not warranted yet.

## Introdução

Até os anos 1980, no Brasil, privilegiava-se a criação de unidades de proteção integral, as quais, por definição, excluem toda intervenção do homem em seu seio, priorizando portanto a conservação dos ecossistemas, da flora e da fauna (LIMA, 2002; MITTERMEIER et al., 2005; MEDEIROS, 2006). A partir do final dos anos 1980, começou a ganhar peso o conceito de socioambientalismo, que propõe um novo paradigma de desenvolvimento promovendo não só a sustentabilidade ambiental, mas também social, pois mantêm uma relação de interdependência. Seu aporte foi decisivo na aceitação de que o homem pode ocupar um papel fundamental na preservação do meio-ambiente.

Foi nesta linha de pensamento que o governo brasileiro desenvolveu políticas específicas de proteção do meio-ambiente, baseadas na criação de áreas protegidas. Foram assim implementadas diversos tipos de unidades de conservação, de conservação integral ou de uso sustentável<sup>1</sup>, os quais se diferenciam pelo grau de intervenção do homem na gestão do meio-ambiente. Na segunda categoria, as unidades de uso sustentável, diversos dispositivos foram concebidos para atender ao objetivo de proteger os recursos naturais necessários para a subsistência das populações tradicionais<sup>2</sup>, buscando assim respeitar e valorizar os conhecimentos e as culturas destas, junto com a sua promoção econômica e social. Estes dispositivos funcionam a partir da atribuição de responsabilidades ambientais às populações residentes que recebem, em troca, direitos de usufruto da terra, subvenções ou apoio à produção (SANTILLI, 2005; FLEURY e KARPE, 2006). Dentro dessa categoria, as reservas extrativistas (RESEX) e as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) foram estabelecidas especificamente para proteger as populações tradicionais, cuja identidade pressupõe uma forma de relacionamento particular com meio ambiente.

Porém, dentro dos diversos tipos de unidades de conservação de uso sustentável, os sucessos foram bem desiguais, tanto em termos de conservação da biodiversidade quanto de desenvolvimento socioeconômico. Essa variabilidade explica-se, sobretudo, pela introdução ou não de mecanismos específicos visando a promover algumas produções locais no mercado (agregação local de valor, certificação, organização em cooperativa, etc.). O desenvolvimento desses mecanismos se mostrou, porém, essencial para construir as bases necessárias para alcançar a viabilidade econômica destas áreas protegidas e cumprir seu objetivo principal, ou seja, a dupla conservação da bio- e da sociodiversidade a partir da valorização dos recursos naturais disponíveis na área.

Observa-se que, quando tais dispositivos foram implementados, os atores locais assim como os programas de desenvolvimento tenderam a privilegiar alguns recursos naturais (castanha do Brasil, babaçu, buriti, e frutas como cupuaçu, cacau,...) cujo modo de produção (respeitando a integridade física e cultural da floresta) e o fato de serem considerados emblemáticos da região amazônica poderiam constituir argumentos comerciais.

Essa contribuição apresenta e discute três experiências na Amazônia brasileira onde foram desenvolvidos mecanismos específicos de promoção econômica de um recurso natural aproveitado pelas comunidades locais. Mostraremos quais foram seus efeitos, às vezes contraditórios, tanto no plano social (reconhecimento da tradicionalidade, transmissão de saberes e práticas,...) quanto ambiental (conservação de espécies selvagens ou de variedades locais, plantas invasoras *versus* floresta nativa).

---

<sup>1</sup> As diferentes categorias e as suas implicações jurídicas no Brasil são unificadas no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2000) por meio da Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000.

<sup>2</sup> No Brasil, o conceito jurídico de “populações tradicionais” denomina as comunidades que vivem historicamente do extrativismo dos recursos naturais renováveis e, de forma complementar, da agricultura de subsistência e da pecuária de pequeno porte, supondo práticas de impacto ambiental reduzido (SANTILLI, 2005) justificando portanto a sua inclusão nos dispositivos de proteção ambiental.

# I. Apresentação das experiências: o tríptico território/recurso/mecanismo de valorização

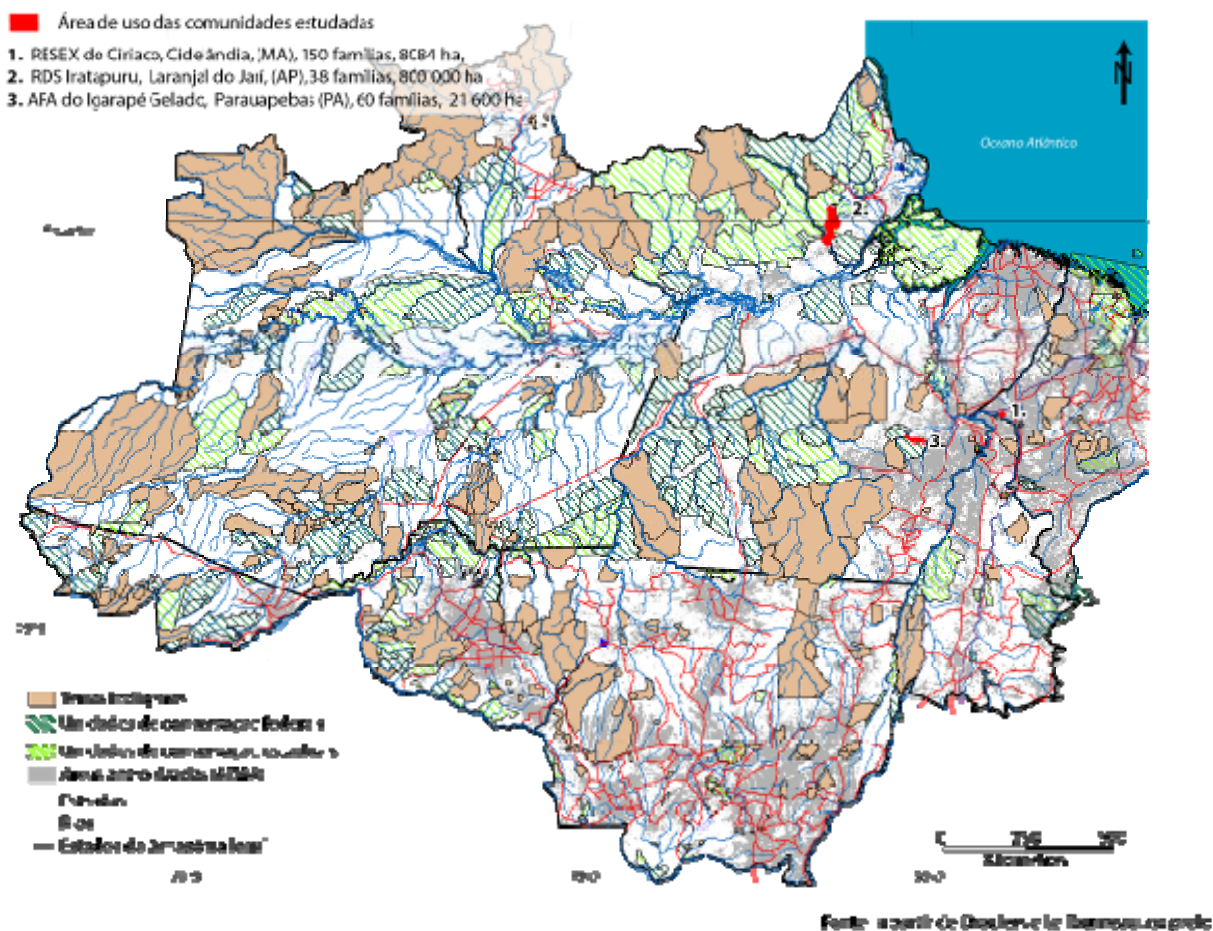


Figura 1: Posição geográfica das três unidades de conservação no contexto amazônico

## I.1 O babaçu na RESEX do Ciriaco: a auto-labelização como instrumento da luta política

Em 1992, a reserva extrativista (RESEX) do Ciriaco (8084 ha., 150 famílias) foi delimitada, em uma zona de antiga frente pioneira que hoje apresenta 80% de desmatamento. Esta foi instituída em nome da proteção à palmeira de babaçu<sup>3</sup> (*Orbignya spp.*), que constitui para as famílias agroextrativistas da região uma fonte de renda muito comum, tornando-a importante na paisagem cultural local.

Ainda hoje, o coco do babaçu é quebrado manualmente pelas mulheres, usando machado e macete, porém, sua saída no mercado enfraquece cada vez mais. Além disso, a atividade da “quebradeira de coco” está fortemente desvalorizada no imaginário local por ser associada à indignidade da pobreza. Em consequência, os agro-extrativistas da RESEX do Ciriaco

<sup>3</sup> O babaçu é uma espécie invasora, resistente ao fogo e extremamente difícil a destruir. Depois de uma queima, muitas vezes o babaçu permanece como único símbolo de vegetação para testemunhar da presença da floresta. Praga para os fazendeiros, símbolo da floresta degradada para os ambientalistas, fora da área onde tem importante valor cultural, o babaçu é conotado muito negativamente e o seu fruto dificilmente aceito como uma espécie representativa do ecossistema amazônico.

preferiram se dedicar cada vez mais à agricultura e à agropecuária, com o apoio do IBAMA<sup>4</sup>, seu órgão de tutela, e da associação local (ATARECO)<sup>5</sup>. Porém, apesar de declinar nas economias domésticas, este mesmo recurso passou a ser ativamente usado como símbolo nos discursos identitários e políticos das quebradeiras de coco, organizadas pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

A criação de uma resex dedicada à proteção do babaçu constitui para este grupo um sinal importante, pois passou a significar que esta palmeira e a população que a usa fazem parte integrante da paisagem amazônica a ser preservada, em pé de igualdade com os seringueiros<sup>6</sup> o os castanheiros<sup>7</sup> (NASUTI, 2010). Este elemento foi aproveitado pelo MIQCB, que atualmente usa a comercialização dos produtos derivados do babaçu (azeite, sabonete, farinha de mesocarpo, artesanato) como vitrine na sua luta política. Foi assim lançada uma linha de produtos garantida como “sustentável, tradicional e amazônica”. Este “selo” corresponde a um processo de auto-labelização, estabelecido em margem das certificações oficiais.

Verdadeira afirmação cultural das quebradeiras de coco, esta certificação informal expressa tanto a origem do recurso (unidade de conservação) quanto a identidade histórica (saberes tradicionais transmitidos de geração em geração). Além disto, ela beneficia da caução institucional do IBAMA, atestando uma produção em harmonia com a natureza, assim como do MIQCB, que afirma a identidade das produtoras.



Figura 2: Palmeira de babaçu e técnica da quebra do coco

## ***1.2 A castanha do Brasil na RDS Iratapuru: certificação da produção e pagamento de direitos de acesso aos saberes tradicional e ao patrimônio genético***

A reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) do rio Iratapuru (806 184 ha.) foi criada em 1997 pelo governo do Estado do Amapá. Além da proteção de uma área particularmente rica em biodiversidade, seu objetivo é de garantir o acesso às áreas de colheita da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) para as famílias da comunidade de São Francisco do Iratapuru.

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

<sup>5</sup> Associação dos Trabalhadores agro-extrativistas da RESEX Ciriaco

<sup>6</sup> Coletores de latex (da *Hevea brasiliensis*)

<sup>7</sup> Coletores da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*)

Essa comunidade de extrativistas tradicionais da *seringa* e da *castanha* se formou a partir dos anos 1960 na confluência dos rios Iratapuru e Jarí. Nos anos 1970, com a instalação de um grande projeto agro-industrial (o “projeto Jarí”) e frente à ameaça da sua extensão nas áreas de colheita da castanha, o então governador, João Alberto Capibaribe (1995-2002), decretou em 1997 a criação de uma RDS. Portanto, esta unidade de conservação foi concebida tanto como uma resposta ao avanço da empresa Jarí quanto como um dispositivo para preservar uma área de alta biodiversidade (castanheira, copaíba, andiroba, breu branco, pracaxi, etc.). Estes recursos formam a base de subsistência das comunidades desta região do Jarí, e particularmente dos castanheiros de São Francisco do Iratapuru.

Desde 1992, os extrativistas de São Francisco já tinham formado uma cooperativa (COMARU)<sup>8</sup> na própria vila (a primeira na zona rural da região), destinada a transformar a castanha em farinha. A conjunção destes dois elementos fez a comunidade se tornar rapidamente uma referência para o desenvolvimento sustentável no Amapá, altamente promovido pelo governo Capibaribe<sup>9</sup>. Esta visibilidade trouxe vários investimentos para a produção da castanha e da seringa, tanto de instituições nacionais (Governo do Estado do Amapá) quanto de agências internacionais (PPG-7<sup>10</sup>, FFEM<sup>11</sup>,...). Em 2003, logo após o incêndio da fábrica da COMARU – que levou à sua paralisação para toda a safra de 2003 – a empresa de cosméticos Natura faz a sua aparição na comunidade. Desde 2000, está desenvolvendo a linha de produtos “Ekos”, baseados na utilização exclusiva de essências naturais típicas da biodiversidade amazônica. A empresa propôs à COMARU um contrato para a compra de óleo de castanha, de breu branco (*Protium heptaphyllum* March.) e de copaíba (*Copaifera langsdorfii* Desf.). Porém, a intervenção da Natura na comunidade não se limite a um simples contrato comercial, mas inclui outras dimensões relacionadas às questões socioeconômicas e culturais<sup>12</sup>. Assim, em 2004, a Natura financiou a certificação FSC<sup>13</sup> de seis áreas de colheita da castanha da comunidade; em 2007, 27 das aproximadamente 80 áreas de colheita dos extrativistas do Iratapuru, tinham recebido a certificação. Este como instrumento foi pensado tanto como uma forma de garantir e afirmar “boas práticas” na produção do óleo da castanha, mas também como uma solução para agregar valor ao produto. A empresa também desenvolveu mecanismos jurídicos e financeiros inovadores, visando a valorizar os saberes tradicionais associados à colheita e transformação dos produtos comprados (CTA)<sup>14</sup> e o uso do patrimônio genético dos recursos naturais da RDS, seguindo as linhas diretrizes do CGEN<sup>15</sup>. Com isso, a Natura foi uma das primeiras empresas a por em prática na Amazônia os princípios formulados pela CBD<sup>16</sup> para proteger as nações e os seus povos da biopirataria (SEMAL, 2007). Enfim, a Natura se mostra disposta a retornar à comunidade parte dos benefícios (0,5% da receita líquida) realizados com a venda dos produtos Ekos fabricados com essências oriundas da comunidade. Este dinheiro seria colocado à disposição da comunidade na forma de um fundo (o Fundo Natura) para projetos de desenvolvimento sustentável. Porém, até agora (dados janeiro 2009), este fundo tinha

---

<sup>8</sup> Cooperativa Mista dos Agroextrativistas Rurais do Rio Iratapuru

<sup>9</sup> Foi lançado nesta época o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA)

<sup>10</sup> Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais, financiado pelos países do G-7. Em 1997, os atores do PPG-7 decidem de construir uma fábrica para a produção de biscoito de castanha na vila de São Francisco, em contrapartida da criação da RDS.

<sup>11</sup> Fundo Francês para o Meio-ambiente Mundial

<sup>12</sup> A relação entre a Natura e os extrativistas do Iratapuru é analisada com mais detalhes no artigo de Le Tourneau e Greissing (2010).

<sup>13</sup> O Forest Stewardship Council é uma instituição independente de certificação. No Brasil, ela é representada pela IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola);

<sup>14</sup> Conhecimento Tradicional Associado

<sup>15</sup> Conselho de gestão do patrimônio genético

<sup>16</sup> Convenção sobre a biodiversidade assinada na Conferência mundial do Rio de Janeiro em 1992.

mente servido ao desendividamento da cooperativa. De fato, a Natureza impôs um controle estrito sobre o uso desse fundo para evitar que o dinheiro seja desviado para outros fins; no entanto, o fato da empresa reter o dinheiro já provocou muito descontentamento na comunidade que afirma que o dinheiro está ficando nas mãos da liderança da cooperativa em vez de servir para projetos comunitários de caráter social e cultural. Estão notadamente reivindicando a criação de um posto de saúde, o aprimoramento da escola e a construção de um centro comunitário.



Figura 3: Colheita da castanha pelos extrativistas de São Francisco na RDS Iratapuru

### ***1.3 Uma indicação geográfica para as produções frutíferas da pequena agricultura no sudeste do Pará? Discussões atuais na APA Igarapé Gelado***

A APA Igarapé Gelado foi criada em 1989 com objetivos essencialmente ambientais: proteger a floresta ombrófila submontanhosa. Ao contrário das RESEX e RDS, as APA dos anos 1980 até 1990 não tinham vocação à preservação cultural ou ao desenvolvimento socioeconômico. Portanto, devido a um controle estrito das práticas de corte e queima e da exploração dos recursos naturais em geral, os modos de subsistência das populações se encontram muito perturbadas (RODRIGUES et al., 2003; MARANGON et AGUDELO, 2004; DUMORA, 2006).

Para enfrentar às dificuldades da agricultura convencional, os agricultores da APA do Igarapé Gelado resolveram dedicar-se ao agroextrativismo frutífero. Em 1997, alguns deles, junto com outras duas associações de pequenos agricultores do município de Parauapebas, formaram uma cooperativa para aumentar as possibilidades de comercialização dos seus produtos. A COOPER<sup>17</sup> conheceu então diversas fases de crescimento até a criação, em 2005,

<sup>17</sup> Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores da Região de Carajás

de uma rede de cooperativas chamada FECAT<sup>18</sup>. Esta agrupa cerca de dez cooperativas concentradas na região do Araguaia-Tocantins. Ela já possui uma marca registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e está solicitando um selo do tipo “indicação geográfica” (“frutos do Sudeste do Pará”). Este tipo de labelização, ainda pouco conhecido no Brasil<sup>19</sup>, inspira-se do modelo francês (DESPOBLINS, 2004), o qual foi explicitamente evocado durante nosso trabalho de campo pela agência local<sup>20</sup> realizando este processo para a COOPER (agosto 2007). Porém, ao contrário do que nos foi declarado, percebemos que o selo que a COOPER está tentando por em prática corresponde mais a uma IGP<sup>21</sup> do que a uma AOC<sup>22</sup>, o que demonstra da falta de experiência e de conhecimento no assunto. Mais do que uma relação específica do homem com a natureza ou a utilização de variedades locais, no caso da COOPER, trata-se de valorizar os saberes e as práticas dos agricultores da região. Pois certas variedades utilizadas são perfeitamente genéricas, tal como o açaí (*Euterpe oleracea*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o exóticas, como o tamarindo (*Tamarindus Indica*).



Figura 4: Da muda à polpa de fruta, processo de valorização das frutas na APA do Igarapé Gelado

## II. Quais avanços em termos de preservação da bio e da sociodiversidade amazônica?

### II.1 Diversas lógicas de valorização das produções locais na Amazônia brasileira

Como o ilustram estes três exemplos, e como o sistematiza a figura nº5, os mecanismos de valorização dos produtos locais respondem à diversas lógicas. A certificação ecológica ou biológica permanece como o modelo mais cobiçado, assim como a inserção em redes de economia solidária. Porém, o alto

<sup>18</sup> Federação dos Cooperativistas ds Araguaia-Tocantins. Essa rede de cooperativas foi criada de maneira informal desde 2001 e consolidada depois graças ao financiamento do PPG-7 em 2005.

<sup>19</sup> Por exemplo, os frutos do *cerrado* pela empresa FRUTASÁ do Maranhão (MMA, 2006) e a juçara da floresta atlântica (*Euterpe edulis*) pela fundação de São Paulo (Mac Fadden, 2005).

<sup>20</sup> A Agência Regional de Comercialização do Sudeste do Pará (ARCASU).

<sup>21</sup> “*Appellation d’origine contrôlée*” o que pode ser aproximado da “Denominação de Origem” (INPI).

<sup>22</sup> “*Indication Géographique Protégée*” o que pode ser aproximado da “Denominação de Procedência” do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)



custo e o pequeno número de instituições certificadoras torna a certificação dificilmente acessível (BECKER, 2010), e poucas associações amazônicas têm realmente condição de contratar agências de certificação, como o exige a lei brasileira (PACHECO-ORMOND et al., 2004). Se não fosse pela Natura, poderia a cooperativa da RDS Iratapuru ter entrado nesta via?

Existem algumas tentativas alternativas à certificação oficial, propostas por Ongs nacionais<sup>23</sup>, tal como a « certificação participativa », que são pouco onerosas para implantar. Ao contrário da certificação ecológica ou biológica, que são mecanismos individuais, estas alternativas buscam valorizar a produção de um grupo de produtores que se responsabilizam um pelo outro e se comprometem em se apoiar mutuamente, isto sob o olhar de observadores exteriores atestando das boas práticas do grupo. Esta função pode ser desempenhada por instituições oficiais, como é o caso do Ibama no Ciriaco, ou por grupos de consumidores, ao exemplo do que ocorre no sul do País (PACHECO-ORMOND et al., op.cit). Mas ainda este tipo de certificação não recebe nenhum reconhecimento ao nível nacional ou internacional, o que de fato limita a área de abrangência da produção às escalas locais e regionais, menos lucrativas.

Ocorrem também casos onde a certificação serve mais um discurso político do que uma verdadeira estratégia econômica. Isto é por exemplo na RESEX Ciriaco, onde a labelização não foi realmente enxergada como um instrumento de apoio à produção, más, sobretudo, como uma ferramenta para dar continuidade à luta política: a comercialização dos produtos caseiros do babaçu contribui para aumentar a visibilidade do movimento e para enraizar o aspecto tradicional que fundamenta a sua identidade política. Neste caso, a escolha da autolabelização reflete bem as parcerias que foram privilegiadas pelos produtores, os quais têm maior proximidade com atores da esfera política do que com atores da esfera econômica.

De forma geral, o sistema das “indicações geográficas”, que seja a AOC ou a IGP, sofre das mesmas lacunas (entre as quais o custo da certificação) e de uma falta de consenso ao nível internacional. Por enquanto, a ADPIC<sup>24</sup> negligencia as relações específicas que podem existir entre homem e natureza, focando-se sobre os “saber-fazer” dos IGP, o que pode trazer dúvidas sobre os efeitos reais na preservação da biodiversidade. Apesar das tentativas que foram registradas desde o início dos anos 2000, estes mecanismos permanecem mal conhecido nos países do Sul (DESPOBLINS, 2004).

O percurso para obter a indicação geográfica se revela longo e complexo: a COOPER iniciou o processo de labelização em 2007 e nos últimos contatos que tivemos com seus representantes (outubro 2009), entendemos que tina sido abandonado devido as exigências administrativas e burocráticas.

## **II.2 Qual a tradição a ser preservada ?**

Se a certificação é comumente admitida como uma “*forma [eficaz] de manter formalmente saberes e práticas compartilhadas*” (BERARD et MARCHENAY, 2006), a sua associação com a noção de “tradicionalidade” pode levar a alguns efeitos inesperados.

No caso das quebradeiras de coco, o próprio grupo percebeu que a sua caracterização como “tradicional” foi um dos elementos da sua valorização política. Isto as levou a interpretações errôneas, notadamente sobre a perspectiva de evolução técnica: já que elas foram identificadas como “tradicionais” quando praticando sua atividade a partir de ferramentas e técnicas rudimentares, o arcaísmo técnico foi entendido por elas como uma das condições *sine qua non* deste reconhecimento. Mas em contrapartida, a dificuldade do trabalho manual assim como a ausência de perspectiva de renovação das técnicas ou das formas de transformação da matéria-prima afastam sempre mais as gerações mais jovens desta atividade.

Esta questão da paralise das técnicas e da transmissão dos conhecimentos se encontra também em Iratapuru. Ali também, o processo de colheita e quebra da castanha permanecem basicamente iguais desde décadas o que impõe custos de produção elevados, mas que podem ser compensados pelo ganho no preço de venda proporcionado pela certificação FSC. Mas as exigências do selo trouxeram outras problemáticas. Por exemplo, a mão-de-obra infantil é proibida, e as crianças devem atender a escola de

---

<sup>23</sup> A mais conhecida é a rede Ecovida.

<sup>24</sup> Acordos sobre os aspectos do direito da propriedade intelectual relativo ao comércio.

forma contínua durante o ano letivo, e de fato não podem participar da safra da castanha, pois está acontecendo em plena período escolar. Mas, sem acompanhar seus pais durante a safra, de qual forma os adolescentes do Iratapuru poderão fazer o aprendizado necessário ao exercício da profissão de castanheiro? Como poderão manter um grau de familiaridade com a floresta suficiente para que se justifique a apelação de “populações tradicionais”?

Ser considerado como um produto típico de uma região igual à Amazônia, dotada de um imenso poder evocativo e portadora de uma carga incontestavelmente positiva nos mercados convencionais ou alternativos, se revela ser uma verdadeira estratégia comercial. A agricultura familiar, que nos anos 80 e 90 foi condenada como responsável pelo desastre ecológico da Amazônia (DE CARVALHO e BRUSSE, 2004), hoje procura se beneficiar também do “capital simpatia” dos extrativistas e das populações indígenas, tentando se associar à sociodiversidade amazônica. Porém, nas frentes pioneiras do sudeste do Pará, é discutível a idéia de recorrer a uma IGP para proteger os saberes tradicionais ligados à produção frutífera. De um lado, porque os agricultores podem já ter modificado algumas espécies locais de frutas, ou já praticado seleções, etc. Estes contribuíram muito, com a ajuda das Ongs que os acompanham, para construir esta tradicionalidade à qual eles estão agora associados. Por outro lado, porque são estas práticas perfeitamente tradicionais de corte-queima e de controle das pastagens pelas queimadas que contribuíram à rápida degradação dos solos na Amazônia (THÉRY, 1997). Tradicionalidade nem sempre leva a sustentabilidade (BACO *et al.*, 2007)... Portanto, os agricultores se empenharam na promoção de outras atividades “clássicas”, mais ecológicas, tal como os sistemas de policultura e os sítios tradicionais –mesmo se a maior parte da sua propriedade permanece dedicada à pastagem convencional. De fato, o agroextrativismo permanece uma atividade pouco cobiçada pelos agricultores, pois não corresponde exatamente ao seu modelo cultural, que associa a plantação em roça com o desmatamento prévio da área (MARCHAND, 2010).

Antes de tudo, a valorização de produtos locais corresponde a um processo identitário, uma busca de reconhecimento. Qualquer que seja o mecanismo adotado, podemos perceber que as populações que visitamos, que tem forte tendência em depreciar-se, mudam progressivamente de opinião sobre sua própria situação. Os mecanismos de valorização implementados participam à reconstrução da identidade camponesa e extrativista, ajudando desta forma estes grupos a encontrar seu lugar na dinâmica regional: a preservação da biodiversidade em Iratapuru, produções agrícolas mais responsáveis na APA do Igarapé Gelado, acesso mais justo aos recursos naturais na RESEX do Ciriaco.

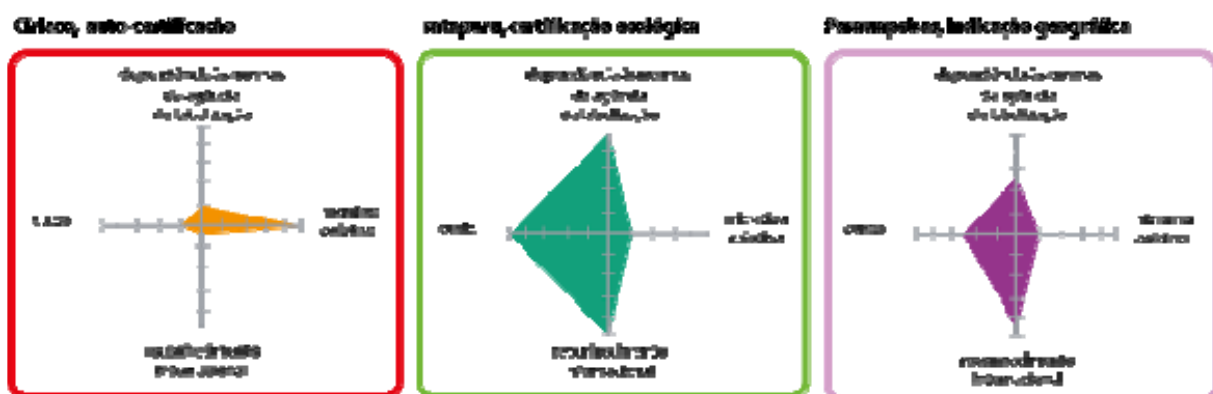


Figura 5: Quatro componentes para diversos mecanismos de labelização

### II.3 Qual a eficiência da proteção da biodiversidade através da valorização de espécies emblemáticas?

Em regiões onde o meio ambiente enfrenta as pressões fortes, em conjunção com condições de vida precárias, é comum que as populações rurais contribuam elas-mesmas com a devastação dos ecossistemas, acreditando na perspectiva de uma renda rápida (LÉNA, 2002). Mas em certos casos, a

valorização de uma espécie específica, quando ela se acompanha de perspectivas econômicas, pode incentivar as populações que tem habilidade para transformá-la a manter um modo de vida de pouco impacto sobre o meio ambiente. Da mesma maneira, esta valorização pode incentivá-las a se preocupar mais com a preservação da natureza de forma geral. Nesse caso, o valor comercial e cultural de algumas espécies será usado como um médio para construir uma relação respeitosa com a natureza.

Em São Francisco do Itatapuru, a valorização comercial de produtos no mercado diferenciado parece reafirmar nas populações locais a vontade de proteger a natureza, atestando do caráter eficaz da relação “proteção dos recursos naturais/valorização mercantil diferenciada”. É verdade que as populações da RDS interferiam muito pouco na cobertura vegetal mas a sua grande dependência aos ciclos naturais contudo regularmente trouxe crises de produção, ligadas notadamente ao envelhecimento de algumas castanheiras nas colocações.

Mas além da alta pressão sobre os recursos, a supervalorização de algumas espécies pode levar a confusões ou comportamentos aberrantes.

Na APA do Igarapé Gelado, mesmo se os sítios destinados ao autoconsumo agrupam um grande número de espécies locais ou modificadas (cerca de sessenta, segundo GUILLAUMET et al., 1990), os agricultores parecem favorecer produtos normalizados nos plantios destinados ao mercado. Assim, os sementes de açaí usadas para os plantios não provêm dos cepos locais más sim de cultivares da EMBRAPA originários do Nordeste paraense, pois foram considerados mais precoces e mais produtivos. No entanto, existem outras variedades mais adequadas ao clima e os solos locais, mas é o açaí comum que encontra maior aceitação no mercado. Nesse sentido, corre-se o risco de ver ameaçada a diversidade das variedades, notadamente crioulas. A biodiversidade selvagem pode encontrar o mesmo problema. Em zonas de cultivo, o estoque de sementes contido nos solos foi altamente empobrecido pelas queimadas sucessivas, somente as invasoras mais vigorosas subsistem (babaçu, assa peixe: *Vernonia polyanthes*). Nas áreas dedicadas ao extrativismo, estudos recentes sobre as práticas de manejo florestal nas populações tradicionais colhendo o açaí mostram a tendência de algum deles em transformar florestas de baixo em vegetação quase mono-específica, sacrificando outras espécies com potencial de comercialização porém julgadas menos lucrativas (HOMMA et al, 2006; WEINSTEIN e MOEGEMBURG 2004).

No caso do babaçu, o processo de proteção teve como conseqüência a expansão da vegetação. Mas, embora um babaçual seja endógeno e natural, o caráter depredador da espécie provoca a formação de uma floresta mono-específica de alta densidade, que torna impossível a associação com atividades agrícolas e o crescimento de outras espécies. Na RESEX do Ciriaco, nenhum manejo foi instaurado para os babaçuais e os discursos exaltando a espécie durante o processo de criação deste território levou a grandes confusões na mente dos moradores, que receiam cortar palmeiras e pindovas temendo multas e expulsões. Contudo, estes cortes seriam necessários para aumentar a diversidade das espécies vegetais, a até a produtividade do próprio babaçu (ANDERSON et al., 1991).

## Conclusão

Através destes três exemplos, vimos que, em função da lógica adotada, os mecanismos de valorização dos recursos locais recorreram a diversas alavancas para garantir uma preservação conjunta da biodiversidade e da sociodiversidade. A certificação ecológica na RDS Itatapuru preserva a cobertura florestal original más tem tendência a perturbar a transmissão dos saberes tradicionais às novas gerações.

No tocante a tradicionalidade, os processos de labelização levam, da mesma maneira, a artificializar as atividades que se tenta proteger, quando certos melhoramentos permitiriam tornar o trabalho menos penoso (a quebra de coco de babaçu permanece uma atividade pesada e perigosa), mais seguro (limitar as crises de produção da castanha do Pará) e mais lucrativo. A questão da transmissão, da conservação coletiva dos saberes e também a profundidade histórica se tornam essenciais a considerar para que a tradicionalidade possa se emancipar da paralisia técnica e permanecer uma qualidade positiva no desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

Tratando-se da biodiversidade, a valorização de espécies amazônicas emblemáticas não é uma garantia absoluta de diversidade das variedades (uniformização dos cultivares de açaí), nem da diversidade selvagem vizinha (corte de outras espécies para o plantio de açaizeiros, predominância do babaçu). Além dos processos de certificação ecológica, nas outras labelizações, o aspecto ambiental depende na

maior parte dos casos da vontade das comunidades e das associações de produtores (MARCHENAY, 2005).

Apesar da sua combinação com dispositivos de proteção ambiental, nas localidades observadas, a labelização tem propensão em privilegiar a valorização econômica (agregação de valor graças à inserção nos mercados diferenciados) e os aspectos sociais (reconhecimento cultural, pertencimento à região amazônica, acesso aos recursos naturais) do que a preservação geral do meio ambiente. De fato, os riscos de desaparecimento ficam importantes para algumas espécies, pois os agricultores e extrativistas da Amazônia podem ser tentados de proteger somente as espécies imediatamente úteis e ignorar ou destruir as outras... No caso das indicações geográficas, a proteção da diversidade cultivada e selvagem fica desigual. A diversidade dos cultivares entra nas especificações das AOC enquanto pela IGP a proteção dos cepos originais não é obrigatória, contudo, o segundo mecanismo fica o mais privilegiado, e de fato a conservação da variedade dos cultivares não parece garantida. Ao nível da diversidade selvagem, embora ela seja um elemento do “terroir” ou do território a ser protegido, os mecanismos de proteção a seu respeito ficam pouco detalhados. Nos dois casos, parece legítimo perguntar-se: o que ocorrerá com as espécies domesticadas ou selvagens não especificamente protegidas?

Quer seja mediante uma certificação oficial, auto-atribuída ou pela criação de uma IGP, a existência de estruturas associativas ou cooperativas fortes poderia ser uma garantia de sustentabilidade social (BRODHAG, 2000), dado que os benefícios obtidos com esses mecanismos de valorização terão mais oportunidades de ser distribuídos de maneira equitativa. O uso do condicional na frase precedente é voluntário pois, em Iratapuru, a comunidade ainda não recebeu a totalidade do fundo Natura e fica muito dependente desse parceiro ; a IGP da COOPER não conseguiu se formalizar e a labelização de Ciriaco não tem um reconhecimento oficial nos mercados diferenciados. Nestas comunidades, a relação de causa a efeito entre o melhoramento das condições de vida e os mecanismos de valorização comercial não foi comprovada. No entanto, durante os diferentes processos de certificação, as conexões estabelecidas entre as comunidades e as diversas instituições abriram oportunidades para outros tipos de financiamento, que melhoraram de fato as condições locais de vida (Bolsa família, serviço de saúde, aposentadoria...).

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Anthony; MAY, Peter; BALICK, Michael, 1991, *The subsidy from nature: palm forests, peasantry and development on an Amazon frontier*, New York/Oxford: Columbia University Press
- BACO, M.N. et al., 2007. Les savoirs paysans traditionnels conservent-ils encore l'agrobiodiversité au Bénin ? *Biotechnologies, agronomie, société, environnement*, vol 11, n°3, pp. 201-210
- BECKER, Bertha, 2010, « Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da Palma de Óleo (dendê)? » In *Confins*, no prelo
- BERARD L. et MARCHENAY Ph., 2006. « Biodiversité culturelle, productions localisées et indications géographiques » 3ème colloque international du réseau SYAL “Systèmes Agroalimentaires Localisés” Alimentation et Territoires « Alter 2006 », Baeza, 18-21 octobre 2006, 20 pages
- DE CARVALHO, H.; BRUSSI, A., 2004. « Entre pedras e flores da terra » in *Lua Nova*, n° 63, 2004, p. 67-102
- DESPOBLINS, G., 2004. « La dynamique de qualification des produits de l'agriculture familiale au Sud du Brésil ». *Agroalimentaria*, vol.19, disponible à l'adresse Internet [http://www2.bvs.org.br/scielo.php?pid=S1316-03542004000200004&script=sci\\_arttext](http://www2.bvs.org.br/scielo.php?pid=S1316-03542004000200004&script=sci_arttext)
- DROULERS, M. et LE TOURNEAU, F-M, no prelo, *L'Amazonie brésilienne et le développement durable : leçons du projet DURAMAZ*, Paris : Belin
- DUMORA, C., 2006. *Vivre et survivre dans une aire d'environnement protégée. Le cas de la petite paysannerie de l'APA Guaraqueçaba*. Thèse de doctorat en Ethnologie, Bordeaux-2, 678 p.
- FLEURY, M. et KARPE, P., 2006, « Le parc national de Guyane : un arbitrage difficile entre intérêts divergents », *Journal de la société des américanistes*, vol. 92, n°1-2, p. 303-325
- GUILLAUMET, J.-L. et al., 1990. « Les jardins-vergers familiaux d'Amazonie Centrale : un exemple d'utilisation de l'espace ». *Trialba*, vol. 40, n°1, pp. 63-81

- HOMMA, A.K.O. et al, 2006. « Açai, novos desafios e tendências ». *Amazônia Ciências e Desenvolvimento*, v.1, n° 2, p.7-23
- LENA, Ph. 2002, « As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia : problemas e contradições », *Boletim Rede Amazônica*, Ano 1, n°1, p. 9-22.
- LE TOURNEAU, FM e GREISSING, A, 2010, “A quest for sustainability: Brazil nut gatherers of São Francisco do Iratapuru and the Natura Corporation », in *The geographical Journal*, published online in June 2010. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4959.2010.00366.x/abstract>
- LIMA, D.M., 2002. « Éthique et politique environnementale en Amazonie Contemporaine », *Lusotopie*, 2002/1, p. 13-23
- MARANGON M. et AGUDELO L., 2004 . « Uso da Paisagem e Conservação: tensões sócio-ambientais e diálogo de saberes em UCs », *Revista educação & tecnologia*, v. 8, n. 1, 2004, p. 1-23
- MARCHENAY, Ph., 2005. « Conserver vivant, savoirs et pratiques locales : une gageure ? » in Berard, L. et al (dir.) Biodiversité et savoirs naturalistes locaux en France. Paris, CIRAD/IDDRI/INRA/IFB, pp. ?
- MEDEIROS, R., 2006. « Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil ». *Ambiente e Sociedade*, vol. X, n°1, pp. 41-64
- MITTERMEIER, R.A et al., 2005. « Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil ». *Megadiversidade*, vol.1, n°1, pp. 14-21
- MMA, « APRURAM, produção, beneficiamento e comercialização dos produtos de sistemas Agroflorestais ». *Série Sistematização*, n° 5, 2006, 68 pages
- MARCHAND, Guillaume, 2010, Un système d'indicateurs pour évaluer les impacts territoriaux des politiques de développement durable dans les zones rurales d'Amazonie brésilienne : l'expérience IDURAMAZ, thèse de doctorat de Géographie, sous la direction de Martine Droulers, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique latine, Paris 3-Sorbonne Nouvelle
- NASUTI S., 2010, « Une situation de « post-front pionnier » : le cas de la région rurale de Ciriaco (ouest Maranhão – Brésil) », thèse de doctorat de Géographie, sous la direction de Martine Droulers, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique latine, Paris 3-Sorbonne Nouvelle, 445 p.
- PACHECO-ORMOND, J.G. et al., 2002. « Agricultura orgânica : quando o passado é futuro ». *BNDES Setorial*, n° 15, p. 3-34
- RODRIGUES, A. et al., « ¿ Es correcto pensar la sustentabilidad al nivel local ? Un análisis metodológico a partir del estudio de caso en una área de protección ambiental en el litoral sur del Brasil ». Theomai, primer semestre, número 007, 2003,14 pages
- SANTILLI, J. , 2005. *Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica a diversidade biológica e cultural*, São Paulo, Peirópolis, 2005, p.303.
- SEMAL, J. 2007. « Brevetabilité du vivant : du biobrevet au bio-big bang ». *Cahiers d'agriculture*, vol. 16, n°1, pp. 41-48
- THERY, H. (éds), 1997, *Environnement et développement en Amazonie brésilienne*. Paris, Belin, 208p.
- WEINSTEIN, S. et MOEGEMBURG, S., 2004. “Açai palm management in the Amazon Estuary : Course for conservation or passage to plantations”. *Conservation and Society*, 2,2, pp. 315-346